



RESENHA

PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

Cesar Mauricio de Abreu Mello – Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). E-mail: mello.cesar@gmail.com

Juliana Azevedo Hamoy – Mestranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). E-mail: julianahamoy@gmail.com

Leonard J. Grala Barbosa - Mestrando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). E-mail: leograla@gmail.com

De constituição singular e possuidora de pluralidade cultural, de biodiversidade inimaginável e detentora de imensos recursos naturais, a Amazônia foi, e ainda é, cobiçada mundialmente. Durante muitos anos, a história da região foi contada unicamente pelas vozes dos conquistadores, que lhe atribuíam visões que iam de inferno verde a paraíso tropical, sempre dependendo da lente e dos interesses com que era observada.

A fim de suprimir essa ótica singular, Ana Pizarro busca incluir neste processo, outros interlocutores na construção histórica, social e cultural da região. Eles representam a multiplicidade de vozes outrora apagadas, e surgem a partir de uma nova perspectiva crítica latino-americana. O resultado deste esforço é o livro *Amazonía: el río tiene voces: imaginario y modernización*, publicado pelo Fundo de Cultura Econômica do Chile, em 2009 e traduzido para o português em 2012 com o título “Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização”, pela Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.

A publicação marca, portanto, uma alternativa que utiliza outras vozes para abordar a história da Amazônia por meio de sujeitos distintos. Segundo a autora, também professora da Universidade de Santiago do Chile, o livro foi encorajado por múltiplas razões, sendo a mais importante de todas, a necessidade de colocar em evidência uma área geográfica-cultural ainda pouco conhecida nos estudos culturais do continente, o que claramente destoa da sua importância no destino do continente sul-americano e do mundo.

Os recursos materiais incorporam ao livro uma abundância de narrativas de viagens, crônicas, fotografias, gravuras, cartas e textos escritos por personagens partícipes da construção histórica analisada pela autora - do século XVI à atualidade - e que acabam por conformar o imaginário sobre esta área cultural, reproduzindo um discurso europeu. Para a autora, uma das principais características da região é que a Amazônia foi construída com um pensamento exterior ao seu, tal como apontava Said (2007) a respeito da construção da ideia de Oriente por seus colonizadores também europeus.

Tal construção é representada nas vozes dos barões do caucho, alicerçadas nos ideais de pátria, progresso e civilização. A autora se apropria das produções intelectuais da época para fazer surgir, por meio de testemunhos escritos, da memória, dos mitos e da literatura de cordel, as vozes que denunciam as atrocidades praticadas no percurso da exploração da borracha, momento onde traz à tona as vozes dos nordestinos e indígenas conhecidos como “trabalhadores da borracha”.

Seguindo uma narrativa histórica, com certa linearidade, a autora inicia com um relato do século XVI que destaca a importância que os rios, notadamente o Amazonas, têm na vida da região, impactando a população local e os viajantes europeus, “[...] numa geografia de águas que, quando não invade tudo, se faz pressentir a sua volta, em sua permanência, em seu ritmo. São discursos de uma nação de águas” (p. 18).

Lembra a autora que a região possui formas culturais peculiares, com um universo mítico gigantesco e que as “culturas de selva tropical” passam, recentemente, por uma renovação do olhar cultural sobre ela, em função: a) do surgimento de uma concepção mais ampla de cultura; b) dos resultados dos impactos ambientais e sociais decorrentes dos processos de superexploração dos recursos naturais e; c) a necessidade de defesa da região em razão das “ameaças externas”, o que proporciona uma aproximação dos oito países que estão sob a sua influência para a criação de uma posição harmônica da região em torno do seu desenvolvimento.

Em continuidade, Pizarro reafirma a condição da composição discursiva do território amazônico, colocando em evidência que a oralidade e os escritos da Amazônia, provindos de diferentes momentos históricos, criaram uma imagem parcial, um discurso dos dominadores. A criação desta imagem discursiva não era “inocente”, partia de um ponto de vista e de um fazer histórico determinado. Somente a partir do século XIX é que vozes locais começaram a dar pluralidade à imagem amazônica, vindo a se intensificar a partir do século XX. A autora finaliza o primeiro capítulo reafirmando a importância da dualidade paraíso e inferno, expressas na relação do homem com a natureza, para a formação da ideia de Amazônia.

O segundo capítulo é dedicado às crônicas de viagens que aconteceram entre meados do século XV e início do XIX. Graças à escrita, esses discursos ganharam permanência, visibilidade e popularidade. A autora aponta que em função da dificuldade de penetrar na densa muralha de selva, “A Amazônia é ocupada, primeiramente, pela imaginação fantasiosa do conquistador e, posteriormente, pelo imaginário moderno dos naturalistas” (p. 38). Das inúmeras viagens realizadas, Pizarro destaca três pelo significado que cada uma teve na construção e na instalação de três figuras centrais do imaginário: as Amazonas, o Eldorado e o Maligno.

A primeira viagem apresentada é a do espanhol Francisco de Orellana, narrada por Frei Gaspar de Carvajal com tom fantástico e épico. Este relato é moldado pela fome, pelo excesso de privações e sofrimentos que suportaram durante a travessia. Teve a primazia de apresentar ao mundo ocidental o universo privilegiado da natureza e a multiplicidade da riqueza da Amazônia, pautando as descobertas para a coroa espanhola.

Nesta expedição, que se inicia por volta do ano 1541 nas proximidades da cidade de Quito, Francisco de Orellana e cinquenta e sete homens partem em busca de um mítico “País da Canela”. Nessa aventura, que inclui ataques de indígenas e a impossibilidade de retorno, a empreitada se transforma na busca do Eldorado, um lugar coberto de ouro. Na mesma epopeia, é narrado o encontro com um dos mitos centrais da história da região, as Amazonas, mulheres guerreiras “[...] muito brancas e altas, com os cabelos longos e trançados na cabeça. Possuem membros grandes e andam nuas, tampando somente suas vergonhas. Cada uma delas equivale na guerra a dez índios” (p. 45).

A segunda, em ordem de cronologia, é uma expedição que já parte em busca deste mítico Eldorado, iniciada em 1559 por Pedro de Urzúa e finalizada pela figura emblemática de Lope de Aguirre. Na empreitada, que se inicia com inúmeros problemas, Lope de Aguirre assassina os comandantes, assume o

controle e desafia o poder real, “[...] depois de atravessar o rio Amazonas, sair no Caribe e dar a volta pelo Panamá, para libertar o continente do jugo espanhol” (p. 53). Essa campanha, marcada pela carta que este insurgente escreve ao rei espanhol acusando-o de crueldades, inclui a imagem da Amazônia como um locus onde “está presente também o sentido separatista, libertador da coroa espanhola, que aqui se acha favorecido pelo isolamento geográfico, num ambiente que se percebe repleto de riquezas naturais” (p. 57).

A terceira construção parte do imaginário sobre o maligno, onde existe uma associação que apresenta uma lógica que foge à racionalidade europeia, compõe um “mundo endemoninhado, inclinado à insensatez” (p. 91). A noção de mundo, construída pelos amazônidas, tinha uma lógica própria, com deuses e crenças particulares que em muito se distanciavam dos padrões europeus.

Finalmente, a autora discorre sobre a empreitada patrocinada pela coroa portuguesa, comandada por Pedro Teixeira, com nítidas intenções associadas às questões de poder territorial e conquista simbólica da região. Nessa viagem, Teixeira parte de Quito, em 16 de fevereiro de 1639, com o objetivo de percorrer a mesma rota de Orellana e chegar a foz do rio Amazonas, no então estado do Grão-Pará. A expedição relatada pela crônica do jesuíta Cristóbal da Acuña possui um tom descritivo de precisão geográfica - útil para a navegação e logística militar. Acuña narra com tom lírico da emoção paradisíaca, que humaniza, por meio do recurso poético, a natureza. Acrescenta também, informações sobre as técnicas de produção e conservação de alimentos, sobre a fertilidade das terras, de peixes e animais para consumo, sobre as festas indígenas e sobre a responsabilidade catequizadora da igreja frente aos “naturais”.

Estes embates, entre frentes de expansão demarcadora dos territórios, eram próprios do contexto do processo de Expansão Ultramarina, que à época era dominado por Portugal e Espanha. Após este período inicial, há modificações significativas na história da humanidade. Os fluxos financeiros advindos da exploração ultramarina, que a despeito de ingressarem pela península ibérica, eram retransmitidos a outras nações por suas relações comerciais ou dívidas, fomentaram também as inovações e grandes descobertas científico-tecnológicas.

Como citado anteriormente, este momento é chave para a construção da relação Ocidente-Oriente criada, como apontado por Said (1990), a partir de uma relação de poder estabelecendo as distinções de “o outro” e “o bárbaro”, para incluir em seu arcajou conceitual todos aqueles povos que não pertenciam à cultura europeia, os quais estavam então em formação. Este processo tem a ver com o conceito de “geopolítica do conhecimento” de Mignolo (2003), e

está representado na batalha pela hegemonia do conhecimento científico, onde França e Inglaterra darão as cartas neste momento.

Logo, vê-se que novos espaços do conhecimento, que são também espaços de poder e competição entre os Estados, são criados. Dentre os quais, Pizarro cita os enciclopedistas, que a partir de um processo de inventariação do mundo, buscam sua racionalização diferente da centralidade teológica do período anterior. A marca da passagem de um período que se convencionou chamar modernidade, é dada com as Revoluções Francesa e Inglesa (tecnológica).

Neste período de mudanças, no limiar do século XVI, há o nascimento das sociedades científicas. Este importante marco, favorece ampliação de questionamentos filosóficos, que outrora eram respondidos pela fé e agora passam a ser respondidos pelas ciências. O contexto apresentado, impele as missões científicas para conhecer o mundo.

A “Missão científica para a América” partiu em 1735 com intuito de determinar a forma da terra. Nesta missão, de caráter europeu, participou La Condamine, pesquisador que expressou o modelo de discurso ocidental-europeu da modernidade emergente em seus escritos. A autora foca neste pesquisador, por ser ele o responsável pela descrição detalhada do caucho e seus processos.

Nos escritos e discursos de La Condamine, além da reprodução de um modelo de “literatura de sobrevivência”, há uma busca por explicar racionalmente alguns mitos construídos sobre o “Novo Mundo”, isto é, investigá-los sob uma perspectiva moderna. Ademais, a concepção mais científica do mundo não isentava seus partícipes do preconceito europeu face aos indígenas, de modo que Pizarro aponta as limitações da construção da alteridade científica deste período de embate entre modernidade e antiguidade.

Cada vez mais a informação científica se mescla com informações econômicas e comerciais, aqui o meio ambiente aparece claramente com sentido utilitário. Esta forma de compreensão da natureza também é reflexo da disputa no campo do conhecimento, onde opõem-se Filósofos versus Naturalistas, Saber versus Experiência. Inserido nesta contenda, Humboldt viaja para as Américas em 1799, este traz um olhar voltado para a diversidade ambiental, maravilhado com a natureza local propõe uma “geografia das plantas”. Situa a natureza em uma nova perspectiva descritiva, acrescentando componente emotivo e afetivo. Este pesquisador carrega um olhar transdisciplinar.

Humboldt desmistifica a lenda do Eldorado. Porém, em seu foco natural, os grupos indígenas ainda são vistos como pertencentes a um estágio inferior ou atrasado da humanidade. Mesmo assim, pode-se considerar que há um novo posicionamento da Amazônia com seus escritos. Após este período, Pizarro cita

um rol de pesquisadores naturalistas que vêm para a Amazônia com perspectivas mais holísticas, interdisciplinares. Porém, é nesta época que se difundem ideias sobre um pretenso “vazio demográfico” da região.

A autora insere o capítulo seguinte como composição ao terceiro tipo de discurso. Trata das diferenças entre os trabalhos com o caucho (*Castilloa ulei*) e o látex (*Hevea brasiliensis*). Essas diferenciações se dariam por conta da forma de extração, um corta e o outro “risca”, um é itinerante e o outro fixo, um destruidor e o outro colonizador. Apesar desta diferenciação, assim como em demais obras sobre o período da borracha, nota-se que a autora utiliza as terminologias caucho, borracha, látex e seringa mais ou menos enquanto sinônimos, ao que pese indicar processos e plantas distintas. Neste sentido, Barão do Caucho não poderia ser o mesmo que Barão da Borracha. Pizarro não adentra este tema que talvez mereça mais estudos.

Trata ainda das estruturas bases do seringal, com seu modelo de estradas e barracões, as formas como os “aviadores” recrutavam e mantinham cativos seus trabalhadores, através do endividamento. Ela explica de forma sucinta a metodologia para extrair a seiva do látex, dada a partir de práticas tradicionais de grupos indígenas. Toda essa estrutura é estabelecida para dar vazão à demanda da expansão no mercado da borracha, quando Charles Goodyear desenvolve o processo de vulcanização, e posteriormente J. B. Dunlop desenvolve e patenteia os pneus.

A forma como a autora apresenta as diferenças entre as áreas de exploração do Peru e do Brasil, onde no primeiro, os trabalhadores seriam indígenas, enquanto no segundo, a mão-de-obra seria advinda do Nordeste do país, reflete a forma como ela trata a divisão dos três discursos. Ou seja, ao apresentar o discurso indígena, dá pouco ou camuflada voz a indígenas brasileiros que formam grande parte da mão-de-obra, sobretudo no primeiro ciclo da exploração da seiva. A autora fala brevemente das correrias feitas contra indígenas, para sua captura (FAULHABER; MONSERRAT, 2009).

Para Pizarro, aviador seria o mesmo que regatão, e talvez fosse relevante que ela pudesse retomar esse posicionamento por outra perspectiva. A autora pontua as principais casas comerciais da época em Manaus e Iquitos. Ademais da importância destas paragens para a economia analisada, seria relevante incluir Belém e Porto Velho, uma vez que boa parte do processo envolvido na extração da borracha mantém relações imbricadas com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, sendo que o Porto de Santo Antônio (distante 7km de Porto Velho) condensava quase todo desembarque da borracha produzida do Acre à Bolívia. Para sanar possíveis curiosidades sobre os temas específicos das

importâncias regionais e a discussão da diferenciação regatão-aviador, podemos indicar as leituras de Santos (1980) e Weinstein (1993).

A partir da importância das casas aviadoras, a autora apresenta os formadores do primeiro tipo de discurso, os personagens pelo lado dos patrões, classificados por ela como aviadores, dentre os mais relevantes estão Fitzcarrald e Júlio Cesar Arana. Este último, apelidado de “o sócio de deus”, contratou em 1917 o então fotógrafo Silvino Santos, para produzir um filme sobre a extração da borracha em seus domínios, a fim de melhorar sua imagem. Estas foram as primeiras cenas da Amazônia. Esses recursos narrativos evidenciam no discurso o lado positivo da economia da borracha, como será analisado mais adiante.

A hegemonia das grandes casas é abalada a partir de 1911, momento em que houve alterações importantes com a quebra do monopólio da borracha da Amazônia, quando mudas e sementes são levadas para a Ásia¹. Este processo de quebra econômica lança ao interior da floresta, contingentes populacionais em busca de sobrevivência (garimpo, ocupações de lotes, ribeirinhos etc.). A autora fala, de modo breve, sobre os “soldados da borracha”, que perfazem o segundo ciclo da borracha no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.

Este discurso formado em torno da borracha, composto por três vozes, é definidor da história da Amazônia. É uma história que tem a ver com os movimentos de consolidação das fronteiras nacionais. Além disso, percebe-se evidente que o ambiental da época remetia à influência cultural europeia, especialmente francesa (Belle Époque). Esforços das elites locais à época eram no sentido de reproduzir a sofisticação de além mar, provar o distanciamento da barbárie rumo à civilização. O Teatro Amazonas, em Manaus, era o símbolo da “Paris dos Trópicos”.

Deste processo é que surgem as três vozes que a autora analisa: 1) do lado do poder, os barões do caucho, de outro ponto, 2) os intelectuais da época que analisam essa sociedade e configuração econômico-ambiental, e 3) os trabalhadores envolvidos, seringueiros/indígenas.

Sobre os barões do caucho, a autora salienta a importância que estes personagens adquirem na lógica de levar a “modernidade e a civilização” à selva bárbara. Essa imposição da modernidade é uma bandeira do Ocidente que traz civilização e progresso, pela lei do mais forte, a barbárie autorizada em nome da civilização. Nestes personagens, a épica pessoal é a tônica individualizante. O comércio tem e impõe a força civilizadora. A condição de selvageria indígena faz com que eles resistam à implantação da civilização (p. 133). O indígena é que

¹ Para mais informações sobre as pesquisas realizadas pelo governo brasileiro enviando ao Oriente o pesquisador Huber, ver Castro, Sanjad e Romeiro (2009).

ataca o civilizado e, por conseguinte a própria civilização. “O barão do caucho se aproveita dos elementos produzidos pela modernidade, sustenta este discurso, mas, ao mesmo tempo, instala seu negócio sobre estruturas econômicas e sociais pré-capitalistas” (p. 135). Porém, o resultado disso era uma modernização deformada (p. 136).

Ao tratar do segundo grupo de discursos, o dos intelectuais, a autora se apoia em três escritores referenciais – o brasileiro Euclides da Cunha (1909), o peruano Carlos Valcárcel (1915), e o colombiano José Eustásio Rivera (1924). Cunha e Rivera representam seus países em comissões de demarcação de fronteiras, ao passo que Valcárcel foi juiz em um caso envolvendo a casa aviadora Arana e interesses ingleses. Ora tratando narrativas históricas, ora romanceadas, os autores selecionados trazem o panorama de agruras enfrentadas pelos trabalhadores da borracha.

Nesses escritos é possível perceber que, tanto a natureza quanto as populações pobres envolvidas são consideradas sujeitos partícipes da história, como evidencia Euclides da Cunha. Em Rivera, vê-se a força da selva que devora, ela é um personagem completo. Os discursos utilizados são de sujeitos comprometidos com a construção de suas nações, com a consolidação de suas fronteiras; e ainda com aspectos de justiça social face às iniquidades exploratórias dos trabalhos da seringa.

Ambos adquirem um viés coletivizador, com discurso nacionalista. A autora poderia ter citado, ainda, outros trabalhos de expressividade provenientes desta época, e que, por certo poderiam contribuir em suas análises. Dentre os quais, podemos citar Oswaldo Cruz (1913), que viaja ao Norte em missão sanitária a inspecionar a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), e Neville Craig (1947), engenheiro americano da EFMM, ambos, além de relatarem as condições de vida dos trabalhadores da borracha e sua economia, também apresentaram a convergência desenvolvimentista que interligava Belém, Manaus e Porto Velho por sua relação econômica, e Brasil-Bolívia por conta da questão do Acre e da própria construção da EFMM.

Sobre o terceiro discurso, representado por aviados indígenas, a autora separa as narrativas que dão conta da situação indígena no comércio da borracha também a partir de três tipos de relatos: 1) levantamentos acadêmicos (Iribertegui, Venezuela); 2) relatos orais (entrevistas próprias à autora, personagens do Peru); e 3) mitos (usando um autor de nome Niño, sem identificar o país ou etnias abordadas). Nestes relatos ela expõe as formas de tratamento dispensado às populações indígenas, em comparação aos demais trabalhadores do caucho, cujas condições eram ainda piores.

Dentro do processo de recrutamento relatados, estão as “correrias” - caçadas organizadas em busca de escravizar indígenas no trabalho do caucho ou da seringa. Apesar de reconhecer a crueldade com que estas populações eram tratadas, incluindo as torturas, os relatos apresentados estão circunscritos ao processo das “correrias” e não exatamente no “trabalho” destes grupos com a borracha e suas relações com os patrões.

Nos relatos orais de indígenas apresentados pela autora, são novamente evidenciadas as dificuldades enfrentadas nesta prática análoga à escravidão imposta aos trabalhadores, e toda uma sorte de inculcações que modificaram seus imaginários. No tocante ao mito, Pizarro cita a importância desta ferramenta, porém não apresenta maiores detalhes, pois a fonte que ela utiliza trabalha com um grupo que não deixa claro os fatos (por ele chamado de mitos fechados).

Percebe-se no texto que a autora não apresenta maiores informações sobre as mazelas das populações indígenas durante o trabalho com a borracha, tal qual fez com os outros trabalhadores. Apesar desta breve lacuna, Ana Pizarro inclui em seu lugar, a literatura de cordel, advinda de migrantes do Nordeste brasileiro, dando relevância aos escritos que denunciam as dificuldades de trabalho no Norte e a ilusão da Amazônia, da borracha, como o Eldorado. Nas denúncias, encontramos a forma como os patrões arregimentavam trabalhadores por meio de promessas irrealizáveis pela própria estrutura da economia da borracha.

No quarto capítulo, a autora dedica-se a escrever sobre a pluralidade mais recente da Amazônia, citando algumas dimensões de sua multiplicidade. Antes de adentrar nessas dimensões, Ana Pizarro ressalta a necessidade de contextualização sobre o surgimento destas vozes plurais amazônicas. Meados das décadas de 1960 e 1970, período da ditadura militar no Brasil, era latente a intenção do discurso de modernização da Região Amazônica, com a promoção de um projeto geopolítico para a construção de rodovias (e um abandono nas vias fluviais de transporte) para escoamento das riquezas naturais, o que atrairia investimentos de capital nacional e internacional. “As estradas fluviais deram lugar às grandes rodovias, à construção de hidrelétricas a partir de enormes diques, [...]. Tudo isso ocorria em prejuízo das populações locais e do funcionamento normal dos ecossistemas” (p. 167). É então que surge uma nova organização do trabalho e novos problemas, conflitos e contradições, além da concentração de renda e indicadores sociais alarmantes.

Nesse período, a voz que se destacava era a do poder. Já no século XX, foi possível perceber uma pluralidade de realidades, com populações diversas: quilombolas, ribeirinhos, indígenas, caboclos, entre outros. Tais povos, detentores de grande conhecimento, deveriam servir de base para a elaboração de qualquer proposta de desenvolvimento que se almeje propor. Voltando às dimensões abordadas pela autora, a intenção não é organizar essas pluralidades, e sim examinar as vozes que se entrecruzam e se encontram na múltipla Amazônia.

A primeira dimensão aborda a estética ilustrada, que preserva nas cidades da região a referência cultural da selva, dos conhecimentos presentes no discurso oral e escrito, demonstrando um compromisso e uma tentativa contra a marginalização da Amazônia.

A segunda é sobre os relatos amazônicos e suas as comunidades habitantes, que trazem em sua narrativa um universo mitológico carregado de imaginários que se misturam com a realidade. Esse mundo ‘encantado’ explica e dá sentido às relações do ser humano com a natureza.

A terceira dimensão faz alusão aos “encantados”. Por conta do isolamento das comunidades amazônicas, foram criadas leis próprias e mais especificamente os elementos encantados, tais como o boto, o curupira, a cobra-grande para explicar alguns acontecimentos.

A quarta se baseia nos discursos e imaginários sociais ameaçados pela modernização. Isso porque ribeirinhos, pequenos garimpeiros, quilombolas, indígenas e etc., costumam lutar contra a criação de hidrelétricas, mineradoras, missões religiosas e outros que tentam transformá-los em força de trabalho, ignorando suas relações com aquele ambiente.

A quinta dimensão refere-se à oralidade e à literatura dos povos indígenas, que contam suas histórias sem a necessidade de intermediários, possibilitando o espraiamento de pluralidades indígenas e rompendo com os preconceitos guiados por noções de erudição classicista das “belas letras”.

Um exemplo onde se pode perceber essas dimensões citadas é o caso do Areal, “[...] um vasto lugar de areia branca, desabitado, e importante na vida das comunidades já que residem naquela época desde o tempo dos antigos, “encantados” muito poderosos, que cuidam do lugar” (p. 196). A relação que o grupo local estabelece com o Areal não só revela a singularidade no modo pelo qual entendem, compreendem e explicam o mundo a sua volta, como também expõe a ameaça de desaparecimento desta cultura, a partir da construção de uma

ponte que liga esta comunidade ao centro urbano. A partir deste momento, o Areal passa a ser explorado mercadologicamente. Com a construção da ponte, perdem-se os “encantados”, os imaginários e uma parte da história daquelas comunidades, somados aos problemas ambientais e sociais que acompanham o “processo civilizatório”.

Pensar o Brasil, e mais exatamente a Amazônia, exige considerar a cosmologia e história das populações tradicionais locais para compreender a multiplicidade de modos de pensar e viver que nela coexistem. Saberes e experiências dessas populações compreendem um universo não fragmentado, uma totalidade holística, onde o ser humano encontra-se imbricado aos seres naturais e sobrenaturais, não perfazendo, portanto, coro à separação decartiana do plano humano-natural que vigora na lógica materialista, a qual é característica da sociedade contemporânea do meio urbano.

No quinto capítulo, o livro trata sobre a cultura das drogas na Amazônia, com sua variedade de plantas alucinógenas, e da existência de organizações de produção e mercantilização de drogas lícitas e ilícitas. Na esteira deste processo tem-se ainda outras ações ilegais, como comércio bélico e extração ilegal de madeira, seguindo um rastro de violência gerado pelo tráfico de entorpecentes. Salienta a autora que o transporte dessas drogas, obviamente também ilegal, ocorre por via aérea (em aeroportos clandestinos), por terra (geralmente caminhões com fundo falso) e rios (dependendo das circunstâncias, se a época do ano permitir).

Em oposição à ilegalidade, a utilização de plantas alucinógenas na Amazônia também está presente em rituais de algumas etnias da região. A dimensão espiritual está na essência do xamanismo², onde muitas comunidades acreditam nas “plantas dos deuses”, utilizadas por xamãs ou pajés para alcançar outro estágio de compreensão da vida, o que, de acordo com Regan (apud PIZARRO, 1941, p. 246), “Os espíritos o ensinam a curar e o fortalecem para que possa se defender dos espíritos maus”.

Os rituais xamânicos, com seu uso religioso de alucinógenos e a busca da liberação do inconsciente por meio de uma disciplina do transe – que era a dimensão que as práticas religiosas indígenas buscavam alcançar – vão de encontro à cultura racionalista existente na contemporaneidade, que são traços enraizados desde a colonização europeia na América Latina. Esse contexto se

² Xamanismo é um termo utilizado para definir um conjunto de crenças ancestrais que envolvem conhecimentos sobre o uso de plantas, práticas de contato com seres míticos sagrados.

baseia no elemento de identidade sociocultural, onde os ritos xamânicos eram considerados pela Igreja e pelo Estado, como ameaças ao seu domínio e suas crenças, devendo ser, portanto, abolidos.

No epílogo, a autora aborda as festividades envolvendo o Círio de Nazaré, em Belém, onde há uma mistura instâncias religiosas e profanas. Segundo ela, trata-se de um embate entre ordem e desordem, onde o Círio se encontra com a Festa da Chiquita – uma celebração de caráter profano que agrega transexuais, travestis e homossexuais, além da população em geral. Pizarro trabalha com esta noção para demonstrar que não há um discurso unitário que expresse a Amazônia, mesmo quando pré-estabelecido em uma situação institucional, como é o caso do Círio.

Além disso, a autora aponta que essas múltiplas vozes que compõem a Amazônia assinalam a diversidade, um universo multifacetado que inclui também reivindicações de respeito aos ecossistemas, em nome da manutenção das gerações seguintes. Porém “o discurso atual, que envolve a Amazônia, parece ser o da reivindicação ecológica. Mas a discussão teórica é externa à região” (p. 255). E decorre disto, que os demais problemas, tão urgentes quanto a questão ambiental, acabem relegados a um segundo plano. Apesar das intensas discussões ambientais e sociais dos últimos cinquenta anos, a configuração da Amazônia ainda está no embate entre a posição dos moradores locais e a interação entre os agentes externos, ora preservacionistas, ora pretendentes a explorar os recursos de maneira intensiva.

A autora finaliza com uma assertiva que reitera a importância do trabalho de dar vozes aos atores locais, como foi realizado em seu livro: “Estudar seus discursos é também se colocar numa perspectiva que permite visualizar grandes problemas ao futuro da humanidade, no atual jogo de poder internacional sobre a região” (p. 255).

REFERÊNCIAS

CASTRO, A. R. M.; SANJAD, N.; ROMEIRO, D. S. Da pátria da seringa à borracha de plantação: Jacques Huber e seus estudos sobre a cultura das heveas no Oriente (1911-1912). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 4, n. 3, p. 503-545, set.-dez. 2009.

CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: História trágica de uma expedição.** São Paulo-Rio de Janeiro-Recife-Bahia-Pará-Porto Alegre: Cia Editora Nacional – Brasileira, 1947.

CRUZ, Oswaldo. **Relatório sobre as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas.** Rio de Janeiro: Typographia Jornal do Commercio, 1913.

FAULHABER Priscila; MONSERRAT, Ruth (Org.). **Tastevin e a Etnografia Indígena.** Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2009. (Série Monografias)

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SAID, Edward. Introdução. In: **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 13-39.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920).** São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920).** São Paulo: HUCITEC, 1993.

Texto submetido à Revista em 22.07.2017
Aceito para publicação em 08.09.2017